

As instituições modernas entre o projeto desconstrucionista e o projeto construtivista de pensamento político

Modern institutions between the deconstructionist project and the constructivist project of political thought

Carlos Sávio Teixeira¹
Tiago Medeiros²

Resumo: Este artigo identifica e analisa duas perspectivas teóricas acerca do poder e das instituições. Ambas são entendidas como manifestações filosóficas do imaginário da geração de Maio de 1968. A primeira é denominada Desconstrucionismo. Ela é caracteri-

- 1 Carlos Sávio G. Teixeira é Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atualmente coordena o seu Programa de Pós-Graduação (PPGCP). Estuda o pensamento político contemporâneo, nele incluído o pensamento brasileiro. E-mail: carlos.savio.teixeira@gmail.com
- 2 Tiago Medeiros é Doutor em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professor do Departamento de Filosofia do Instituto Federal da Bahia (IFBA). Coordena o Laboratório de Estudos Brasil Profundo (LEBP). Estuda o pensamento político contemporâneo, nele incluído o pensamento brasileiro. E-mail: tiagomedeiroscontato@gmail.com

zada por articular uma concepção negativista acerca do fenômeno institucional e de toda manifestação de poder. Sua abordagem se traduz numa “cratofobia” que enxerga em toda institucionalização da modernidade um dispositivo de opressão. A segunda visão é denominada Construtivismo. Ela atribui ao poder e às instituições o estatuto de arranjos provisórios de regulação das relações sociais, mas que podem também se tornar alavancas de transformação da estrutura econômica e política das sociedades. Estabelecido o contraste, argumentamos que o desconstrucionismo legou despreparo para o trato das inevitáveis operações exigidas pelas instituições que organizam a nossa vida material e simbólica, tornando-se uma fonte de desorientação intelectual e moral. Ao passo que o construtivismo se revela capaz de justapor realismo analítico com imaginação programática de alternativas, embora permaneça uma perspectiva menos conhecida e menos disseminada pelas gerações herdeiras do Maio de 68. O artigo revela, à guisa de conclusão, uma diferença no entendimento da relação entre ação e estrutura, mediada por instituições, por meio de um panorama tipológico de filosofia política.

Palavras-Chave: Instituições, Desconstrucionismo, Construtivismo.

Abstract: This article identifies and analyzes two theoretical perspectives on power and institutions. Both are understood as philosophical manifestations of the imagination of the May 1968 generation. The first is called Deconstructionism. It is characterized by articulating a negativist conception of the institutional phenomenon and of all manifestations of power. Its approach translates into a ‘cratophobia’ that sees in every institutionalization of modernity an oppressive device. The second view is called Constructivism.

It attributes to power and institutions the status of provisional arrangements for regulating social relations, but which can also become levers for transforming the economic and political structure of societies. Once the contrast is established, we argue that deconstructionism left unpreparedness for dealing with the inevitable operations required by the institutions that organize our material and symbolic life, becoming a source of intellectual and moral disorientation. Constructivism, on the other hand, proves capable of juxtaposing analytical realism with programmatic imagination of alternatives, although it remains a less known and less disseminated perspective among the generations that inherited May 1968. The article reveals, by way of conclusion, a difference in understanding the relationship between action and structure, mediated by institutions, through a typological panorama of political philosophy.

Keywords: Institutions, Deconstructionism, Constructivism.

Introdução

O pensamento político moderno desenvolveu duas grandes tradições sobre o poder e as instituições que o traduzem, no bojo de uma ampla discussão sobre a legitimidade ou a ilegitimidade das formas de dominação na história. A primeira delas entende ser preciso construir, sempre, dispositivos que garantam a dominação – de preferência, legítima – para a ordenação política da vida social. A asserção é clara: não há ordem social sem dominação. A segunda tradição partiu da premissa oposta, advogando a tese segundo a qual toda forma de dominação contém, no fundo, elevadas doses de ilegitimidade.

O primeiro grupo formou uma tradição intelectual que encontrou sua expressão mais amadurecida na obra do teórico social alemão Max Weber. Mas a sua história começa com a vigorosa sociologia do poder de Maquiavel, e encontra em praticamente todas as correntes de reflexão social e política modernas expressão de sua preocupação com a realidade da dominação. O filósofo Thomas Hobbes foi quem primeiro escrutinou o fenômeno a partir de postulação sistemática, na qual sustenta uma ligação íntima e consistente entre psicologia e política, abrindo uma senda pela qual grande parte das preocupações do pensamento liberal ocupado com a relação entre liberdade e poder veio a se dar.

Todo o grande edifício da institucionalidade pensado e desenhado a partir do século XVIII, como na teoria de Montesquieu e nas proposições de James Madison, compartilhou fortemente a preocupação fundamental com a legitimidade do poder, não mais apenas sob a inscrição abstrata e conceitual, mas apontando para o trocado miúdo dos dispositivos em que sempre se assentam a mais abrangente instituição política: o Estado. Nos séculos seguintes o aumento crescente de complexidade da vida socioeconômica exigiu contrapartida político-administrativa que se expressou na transformação das atividades do estado e a ampliação considerável de seu alcance institucional. A história da política contemporânea é a decantação desta construção institucional.

Já a segunda tradição intelectual se formou, no que diz respeito à concepção acerca do poder e de sua institucionalidade, na insurgência contra a maneira de pensar e estruturar a modernidade resultante da orientação extraída da justaposição do realismo ao liberalismo político. A expressão intelectual mais representativa e menos inconsequente politicamente desta tradição negativista foi a obra de Karl Marx e o “marxismo” dela derivado. Embora a primeira crítica ao

caráter protodemocrático do arranjo institucional em curso na aurora política de nossa época tenha sido desferida por Rousseau, que abriu um caminho cuja continuidade não cessou de avançar celeremente até contemporâneos nossos como Jean Paul Sartre, Michel Foucault e Pierre Bourdieu. Esta via negativa se caracterizou desde sempre pela carência na apresentação de alternativa a respeito de como organizar *institucionalmente* de forma legítima - o que para ela significa a ausência de dominação - as sociedades modernas e contemporâneas.

O contraste entre essas duas tradições, entretanto, acabou produzindo um enriquecimento da paisagem teórica com posicionamentos que combinavam continuidades com rupturas, ensejando o surgimento de posições inovadoras e matizadas acerca do poder e das instituições que o materializam. Se uma engajada “cratofobia” se cristalizou em um projeto, como veremos em detalhes à frente, um outro, centrado no imperativo da imaginação institucional e no experimentalismo econômico e político, também emergiu, trazendo horizontes alternativos de futuro. Olhando do ponto de vista de hoje, tais projetos apontam para lados opostos: i) enquanto um aposta quase tudo na pulsão denunciatória do caráter ardiloso do poder, representado por sua vocação reprodutora da ordem, com tudo que ela teria de autoritária e negativa; ii) o outro, ao contrário, vislumbra no poder uma alavanca capaz de reordenar – até radicalmente – a estrutura existente, por compreendê-lo como feito de matéria plástica e artificiosa como a sociedade que lhe dá sentido e reclama sua presença.

Este artigo discutirá esses projetos teóricos e suas concepções acerca do poder e das instituições. Chamaremos de desconstrucionismo e construtivismo cada um. Para tal, além desta breve introdução, o texto avança em mais três

partes. Uma que contextualiza a consciência que subjaz às diferentes posições e posturas intelectuais dos dois projetos; na sequência apresenta e discute as razões e a sensibilidade desconstrucionista; em seguida apresenta e discute as premissas e argumentos construtivistas por meio de suas variantes no interior do projeto; e no final, à guisa de exercício explanatório, formula sumariamente uma conclusão sobre o tema do poder e das instituições.

Antecedentes históricos: a dupla face da Geração de 68

O ano de 1968 foi turbulento e decisivo para a história ocidental contemporânea. Trouxe ao século de duas guerras mundiais consumadas e de uma longamente prometida um horizonte de possibilidades de realização na vida cotidiana capaz de tocar a sexualidade, as formas de comunicar os afetos, a estética do dia-a-dia e a relação entre capital e trabalho. Foi o ano cujo celebrado maio, na Quinta República Francesa, indicou os rumos que tomariam as formas de pensamento e conduta de então, marcados que estavam para aproveitá-lo ou objetá-lo, porém não para ignorá-lo.

Tudo começou quando estudantes da Universidade de Nanterre se rebelaram contra a normativa da instituição de dividir os alojamentos universitários em masculino e feminino. O protesto, de início modesto, mas promissor, obteve a pronta solidariedade de estudantes de outras universidades, como a Sorbonne, e a simpatia de um amplo espectro de inconformados com diversos assuntos correlatos e controversos à época. Aos poucos, os assalariados, postos à margem da sociedade francesa pelas condições de trabalho e pela insuficiência remuneratória, aderiram ao movimento, conferindo a ele uma sensibilidade socioeconômica, para

além da moral, estética e cultural em franca consagração, e agregando ao exercício do protesto de rua o expediente da greve geral. Juntos, eles ocuparam as ruas de Paris, criando barricadas, queimando automóveis e arremessando pedras e coquetéis molotov contra a polícia, que não poupou o uso de seu aparato de contenção contra os rebeldes. Fez-se uma crise generalizada e tensão nos Poderes. E, de uma embrionária insatisfação da vida estudantil, o movimento em progressão conseguiu substância para reivindicar até mesmo a queda do presidente Charles De Gaulle, numa espécie de regicídio reabilitado, porém sem guilhotinas.

As multidões clamavam por renovação em todos os planos da vida social e cultural, em protesto contra o conservadorismo das instituições, das práticas e dos valores hegemônicos, que, de diferentes formas, lhes oprimias. A fúria despertada naqueles estudantes desencadeou uma consciência nova: a de que a juventude tem voz política e que pode determinar o conteúdo e o rumo das normas e do poder. Uma gama de slogans expressivos e contagiantes, de fácil assimilação por qualquer pessoa, confirmava a assunção desse imaginário renovador. Entre eles: “Construir uma revolução é também quebrar todas as correntes interiores.”; “É proibido proibir!”; “Numa sociedade que aboliu a aventura, a única aventura restante é abolir a sociedade.”; “A felicidade é uma ideia nova”; “Professores, são tão velhos quanto vossa cultura, vosso modernismo só moderniza a polícia.”; “A economia agoniza, que morra!”; “Imaginação ao poder”.

Essas frases eram como peças de propaganda do espírito de uma época em que as expectativas de mudança social pareciam pulular das ruas. Elas eram ostentadas por quem sabia quais as trincheiras a serem removidas em benefício da transformação. Mas, apesar da homogeneidade ouvida daqueles bordões, a verdade é que esse *Zeitgeist* estava dividido

em duas mensagens que haveriam de fornecer as principais premissas de dois projetos agudamente distintos.

Por um lado, a energia do maio de 68 e de suas ramificações e reverberações mundo afora era envidada para identificar os agentes e as condições de cerceamento das massas, denunciar a configuração perversa imposta pelos poderosos aos de fora de seu círculo e estigmatizar seus beneficiários, acumpliciados e apologistas. Mas, por outro, a responsabilidade inadiável de recompor, nos mínimos detalhes, o cenário das coisas, em substituição ao estado indesejável das instituições e práticas vigentes, agora sob o imperativo dos valores e anseios da juventude, não galvanizou tantos militantes, ideólogos e porta-vozes quanto se poderia esperar. A chamada geração do Maio de 68 abrangeu essas duas figuras – a da crítica e dos protestos, de um lado, e a da imaginação das alternativas, de outro – e embalou mensagens cujas absorções foram e seguem sendo assimétricas³.

A mensagem mais conhecida é a que exila o velho do poder, promovendo antagonismos às estruturas e à moralidade predominantes. A face oculta é a que propõe a elevação da imaginação ao poder para sujeitá-lo à transformação. Elas poderiam ter sido combinadas além dos slogans precariamente conexos. Mas nunca o foram. A rigor, elas geraram repercussões radicalmente distintas no conjunto de assuntos que interessa a este texto: o das instituições.

Uma miscelânea de ideias cercou o movimento de 68 e acompanhou sua memória e o lugar que ele segue ocupando na história ocidental, ideias que influenciaram indiretamente as manifestações e as que foram, pelas manifestações, dire-

3 Reconhecemos que o nosso enquadramento a respeito desse emblemático evento não é o único possível, é apenas o melhor para os nossos propósitos. Outras interpretações sobre o significado e as raízes do Maio de 68 foram listadas por BENETON e TOUCHARD, 1970. Elas também foram resumidas e discutidas por FERRY e RENAUT, 1988, p. 82-86.

tamente marcadas. Entre os intelectuais públicos do período, todavia, notáveis, como Michel Foucault, tiveram uma relação de real *sintonia* com o Maio, não um vínculo simplório de influenciador e influenciado⁴.

A mensagem mais vistosa e longeva de 68, cujo emissor de maior relevo é justamente Foucault, é a do antagonismo às estruturas dominantes. No plano dos costumes e na esfera dos debates intelectuais, havia uma trepidante insatisfação quanto ao que dominava na Europa como um todo e particularmente na França, quando as manifestações eclodiram em Paris. A revolta contra as estruturas dominantes era uma crítica ao conservadorismo embalado na doutrina estruturalista, mas também era uma oportunidade de atingir outros estandartes do pensamento ocidental ainda em voga: o sujeito, o moderno, o homem – e até a filosofia.

O caráter conservador do estruturalismo, que era sobejamente popular dado o lugar de Lévi-Strauss na cultura intelectual francesa, foi denunciado e combatido pela parte glamourizada da geração de filósofos nascidos nos anos 20, escritores profundamente conectados aos eventos de rua do ano revolucionário e manifestantes orgulhosamente estruturofóbicos. Entre esses, têm grande significado para nós o trio Michel Foucault, Jacques Derrida e Jean François Lyotard, que ajudou a desenvolver e articular poderosas teses contra o estruturalismo, cada uma das quais constituinte de criptopropriedades de uma nova mentalidade intelectual, pretensamente

4 Sobre isso, duas referências são particularmente interessantes: ERIBON, 1995, p. 107-110, defende que Foucault foi influenciado pelas manifestações do Maio, tendo ele mudado, graças a elas, da fase arqueológica, voltada aos saberes, para a genealógica, voltada ao poder e às instituições. FERRY e RENAUT, 1988, p. 129-195, sustentam que Foucault e outros pensadores francófonos, como Derrida e Lacan, são os pais do movimento. A nosso ver, reconhecer uma *sintonia* é destacar os elementos intelectuais e ideológicos que atravessavam tanto os pensadores quanto os militantes por eles influenciados.

desonerada dos entulhos conservadores de outrora: o pós-estruturalismo, o desconstrucionismo e o pós-modernismo – em conjunto, esses movimentos sugerem que as estruturas, a modernidade, o Ocidente, sujeito e o homem, são partes de uma mesma hidra a ser degolada⁵.

A outra mensagem, concentrada no slogan “a imaginação ao poder”, não se realizou apesar do – e, como veremos, justamente, graças ao – êxito notável da aversão às estruturas, muito mais sonora e elegante ainda hoje. Não se realizou porque o projeto vitorioso nunca foi calcado na premissa da imaginação e tampouco simpático à ideia de que o poder pudesse ter uma face, dimensão ou pulsão anti-conservadora. A cratologia do Maio dava vazão à ideia de que o poder haveria de ser enfrentado, porém não reinventado. Configurou, na verdade, uma poderosa cratofobia. Mas a presença de um Cornelius Castoriadis, entre os influenciadores do movimento, e de um Roberto Mangabeira Unger, entre seus herdeiros confessos, revela uma lição silenciosa, e ainda mais valiosa, a se colher desse mesmo circuito de acontecimentos históricos. Ela não se baseia na rejeição irredutível ao mundo ocidental e aos seus experimentos tidos por indigestos. Antes, almejava a reconstrução completa das instituições e formas de vida que compõem o Ocidente, de modo a viabilizar a realização do que ele ainda não fosse.

5 A menção a essas três personagens tem outro valor: eles foram os principais propagadores do nietzscheísmo francês nos Estados Unidos, após seu ocaso em França. Ver VAN MIDDELLAR (2015, p.115).

O projeto teórico e político da desconstrução: contra o poder

O conjunto de ideias que expressa a herança do Maio de 68 em uma mesma mensagem consagrada, que nos permite interpretar o sentido e a função das instituições, contém ao menos três teses: (a) a da predominância das formas negativas do poder nas sociedades modernas, (b) a da aposta na demolição do todo estrutural em que se sustentam essas sociedades, (c) a da superação epistemológica e antropológica da modernidade. Tentaremos trabalhar com a ocorrência delas na constituição de uma herança global de 68, diante do quê esse entretecimento revelará um legado intelectual de escassas ideias institucionais e de nula capacidade de intervenção no conteúdo das instituições existentes. É um legado menos vigoroso que o do marxismo, pois sua prioridade não é prometer um mundo novo, mas denunciar o presente; não é profetizar um futuro próspero, mas praguejar contra o agora. Chamaremos de *projeto desconstrucionista de pensamento político e institucional* o escopo dessa herança⁶.

O primeiro elemento do projeto desconstrucionista é *ontológico*: a redução da totalidade do real e do léxico filosófico empregado para apreendê-la a *signos*, portanto, ao domínio do *linguístico*. A existência de objetos, de coisas, de matéria,

6 Embora o termo desconstrucionismo remeta diretamente a seu formulador primeiro, Jaques Derrida, em seu empenho de conceber uma filosofia da linguagem e uma epistemologia antiessencialistas, ele também foi e tem sido manejado por uma plêiade de intelectuais, acadêmicos e ativistas em sentidos variados em relação ao pretendido originalmente, porém não incompatíveis com a proposta matriz, antes sendo extensões de um mesmo corpo. Essas extensões tocam esferas da vida como a estética, a moral, a educação e, principalmente, a política, domínio em que o desconstrucionismo revela íntima correlação com as ideias cratológicas de filósofos do Maio como Michel Foucault.

de pensamento, de experiência etc. não precisou ser negada nesse projeto, bastando ser ignorada por seus proponentes; mas esses pensadores – e os ativismos deles derivados – conformam-se com a ideia de que todas as formas de existência se reduzem a signos. Do trivial ao insensato, a premissa de que, nos domínios do humano, *em tudo há linguagem*, vira a bandeira de que *tudo é linguagem*

O aspecto mais marcante da dissolução ontológica na linguagem, articulada pelo projeto desconstrucionista, precisa ser compreendido por um fator conjuntural. A geração dos intelectuais franceses, em atividade nos anos 60, vivia uma transição gradual e profunda de sua bibliografia germânica de cabeceira. Se a geração de Sartre, Beauvoir, Camus e Merleau-Ponty administrava e metabolizava a densidade das obras de Hegel, Husserl e Heidegger, em uma continuidade – embora, vale dizer, claudicante – da tradição fenomenológica; a geração de intelectuais de 68 já vinha entornando uma nova tríade teutônica, formada por Marx, Nietzsche e Freud⁷. Essa transição representava a saída de uma seara de pensamento centralizada na consciência – e em tudo o que o sujeito moderno a carregava – para uma seara descentralizada pelo exercício da *suspeita*⁸. O movimento pós-fenomenológico reorientou a compreensão da relação do homem com o mundo, então selada pela exitosa fórmula “*in-der-Welt-sein*”, limpando da consciência relacional os fenômenos e, com isso, deflacionando a relevância do conceito de intencionalidade.

Os mestres da suspeita trouxeram, na verdade, um pacote de desilusões que alteraram as ideias sobre a moral (Nietzsche), sobre a história (Marx) e sobre a psiquê (Freud) no Ocidente. Não que eles formassem uma parceria propositiva,

7 VAN MIDDELAAR, 2015, p. 114-115.

8 RICOEUR, 1970, p. 32.

uma aliança de pautas ou metas. Mas serviam aos intelectuais dos anos sessenta como alavanca para impulsioná-los contra a totalidade das crenças a respeito do real e do homem, que não poderiam mais buscar guarida na soberania da consciência. Dali para frente, haveria que se abandonar noções como fenômeno ou ente, realidade ou mundo, em admissão aos termos signo, texto, discurso, narrativa⁹.

O segundo elemento do projeto desconstrucionista é *epistemológico*: a redução de todo o conhecimento ao *discursivo*. Esse elemento é um desdobramento esperado do primeiro. Acompanha-o a premissa de que a atividade intelectual compreensiva e explicativa não é promovida por faculdades da mente ou da consciência, mas pela *interpretação* dos signos. A rigor, sob a égide desse expediente epistemológico, as relações entre o eu e o mundo, o eu e os outros e o eu e si mesmo ficam gradativamente relegadas a uma refração narcísica em que o sujeito não dispõe de nada senão de sua linguagem significante.

Há que se reconhecer aqui o papel exercido por Foucault, tanto como pensador, como quanto leitor daqueles que Ricouer chamará os mestres da suspeita. Pois é Foucault quem atribui a Marx, Freud e Nietzsche a recuperação das técnicas de interpretação suspensas pelo apogeu do iluminismo usando-as como em um movimento centrípeto de reelaboração do símbolo, o que os colocaria na privilegiada posição de serem, na verdade, precursores do próprio Foucault:

Interrogo-me se não se poderia afirmar que Freud, Nietzsche e

9 Uma reconstrução intelectual e histórica do contexto dessa virada tendo a França como epicentro e fonte irradiadora, pode ser encontrada em *A História do Estruturalismo*, de François Dosse, escrito em dois volumes. Os subtítulos de cada um destes volumes dão uma boa medida do espírito da empreitada desconstrucionista e seu legado: no Vol. 1 têm-se “O campo do signo, 1945-1966” e no Vol. 2 têm-se “O canto do cisne, de 1967 a nossos dias”.

Marx, ao envolverem-nos numa interpretação que se vira sempre para si própria, não tenham constituído para nós e para os que nos rodeiam, espelhos que nos reflitam imagens cujas feridas inextinguíveis formam o nosso narcisismo de hoje. [...] parece-me que Marx, Nietzsche e Freud não multiplicaram de forma alguma os símbolos do mundo ocidental. Não deram um sentido novo a coisas que não o tinham. Modificaram, na realidade, a natureza do símbolo e mudaram a forma geralmente usada de interpretar o símbolo.¹⁰

No fundo, trata-se também de um subproduto do perspectivismo nietzschiano, potencializado pela pretensão neoheideggeriana de dismantelar toda a tradição de conhecimento antiga e moderna, designada “onto-teológica”, em um só golpe. O desconstrucionismo, visto por essa inflação hermenêutica, tem a agenda de realizar o trabalho intelectual antiessencialista, que teve estações em diferentes filósofos modernos e contemporâneos, de uma forma radicalmente anti-iluminista, sepultando as teorias da verdade como correspondência e do conhecimento como representação acurada da realidade, agora empacotadas no saco em que se lê: “logocentrismo”¹¹.

O terceiro elemento desse projeto é o mais importante e grave. É o elemento propriamente *político*. De um modo geral, a ideia de que a política é uma *luta*, que envolve movimento e resistência, golpe e defesa, vencedor e perdedor, em uma alegoria sobre os temas ligados ao desejo (outrora de uma antropologia filosófica derivada de Alexandre Kojève), tem bastante penetração em todo o imaginário de 68. Mas o projeto desconstrucionista presta ênfase à relação entre interesses e conflitos intrínseca à concepção da política, mas

10 FOUCAULT, 1997, P. 17-18.

11 Um impulso intelectual que compartilha premissas similares, mas conclui com teses bastante diferentes foi realizado por Richard Rorty em seu célebre *Philosophy and the Mirror of nature*, de 1979.

escamoteando perigosamente a relação inegável e criadora entre propósitos, interações e cooperações. A perspectiva é que há uma irreducibilidade recíproca geral dos interesses, que confere um clima de guerra constante a todos os domínios em que os seres humanos operam. Seria essa guerra onipresente e crônica o que nos humaniza no ringue desordenado de uma história sem rumo. A filosofia política que atravessa o projeto desconstrucionista quer mapear o tecido dessa realidade e sugere que esse tecido é feito de relações de *poder*.

A combinação desses elementos não constitui o sistema filosófico de um filósofo ligado ao Maio de 68 – nem mesmo do talvez mais importante deles, o já citado Michel Foucault – mas fornece as condições para se compreender o legado daquela geração de pensadores para o que veio a se tornar o Ocidente. A mensagem desconstrucionista que vingou dali em diante e que insuflou a pauta do novo progressismo associado aos movimentos identitários de esquerda não se vale de um corpo de ideias proveniente de apenas um pensador e não assume compromissos consequentes para a organização contínua da vida social. Entre a atitude que se poderia chamar de conservadora, a de aderir à ordem existente, e a que se poderia denominar progressista, que pretende trocá-la ou reformá-la, a mensagem desconstrucionista flerta com não querer ordem nenhuma – numa espécie de *revival* anarquista –, o que termina por ser o mesmo que aderir à ordem existente, só que com o desconto charmoso da denúncia contra suas perversões.

O projeto teórico e político construtivista: a imaginação ao poder, de fato

Em alternativa ao projeto desconstrucionista, uma visão construtivista surgiu também na ambiência do Maio de 68, mas colocando acento na *imaginação* criadora das formas de vida características do mundo social. Pensar as instituições seriamente é um exercício que requer enfatizar sua *criação*. Cornelius Castoriadis e Roberto Mangabeira Unger são os melhores exemplos desse projeto teórico, projeto que é algo como uma força presente, porém quase muda, e sempre prestes a irromper no Ocidente.

Cada qual representa uma formulação filosófica: Castoriadis com um apelo psíquico-social, Unger dando ênfase à dimensão jus-política. Suas reflexões sobre a natureza do vínculo social e o lugar da institucionalidade nesse vínculo ajudam a formar o acervo teórico do que queremos chamar de *projeto construtivista institucional*. Mas não apresentaremos aqui um estudo ou um comparativo sobre esses pensadores¹². Em lugar disso, esse projeto será apresentado como teses de uma inspiração obtida da interpretação global do legado de suas mensagens e do que poderiam ser desenvolvimentos e reelaborações delas. Essas ideias nós consideramos compatíveis com uma parte do espírito por trás do Maio de 68 e manifestas em alguns de seus slogans.

O conjunto das teses que informam o projeto construtivista tem três premissas: (a) o poder é a capacidade de influir no curso das coisas humanas, não é apenas manifestação da dominação, sendo principalmente a determinação ou o condicionamento genéricos do estado de coisas da vida social; (b) as sociedades não são feitas de totalidades estruturais

12 Trabalho notável e inspirador a esse respeito fizera Richard Rorty em fins dos anos 80 – RORTY, 1990.

homogêneas, sendo antes feitas de estruturas divisíveis¹³ ou pensáveis em termos de compostos não-estruturais, como magmas¹⁴, implicando uma diferença total em como imaginar e praticar a política; e (c) o Ocidente moderno não precisa ser combatido, mas precisa ser reinventado.

O teor do projeto construtivista que se organiza sobre essas teses não é o oposto simétrico do projeto desconstrucionista, porque, se este é francamente pessimista quanto ao Ocidente moderno, o construtivismo não é apressadamente otimista. Melhor seria contrastá-los como sendo propostas de *desistência* e de *engajamento* com respeito à modernidade ocidental. Contrário ao desconstrutivismo, o construtivismo institucional é uma posição teórico-política de investimento na agência e uma moral de diligência e de tenacidade, sinceramente devotada à potência humana de fazer seu mundo e habitá-lo.

Esse projeto também apresenta três elementos. O primeiro é *ontológico*. O seu início ocorre a partir do reconhecimento de que o mundo é o mundo humano. A significação das coisas é o uso humano delas. Habitamos um mundo com o qual interagimos ininterruptamente, razão pela qual não é possível concebê-lo como um dado isolável, uma tela de objetos a que se pode contemplar ou uma sequência de eventos externos a que se pode assistir. Estamos emaranhados *nele*, não dispostos *diante* dele. Flutuamos na tridimensionalidade do real como peixes num aquário¹⁵. E qualquer menção ao conjunto de coisas que nos cercam é uma menção ao que fizemos, fazemos, faremos ou faríamos com elas.

Interagir é estar em atrito, é agir e sujeitar-se ao mesmo tempo. Por isso, é a *ação* o princípio e a constante de nossa

13 UNGER, 1987b.

14 CASTORIADIS, 1975.

15 SOUZA, 2020.

situação no mundo. Não sendo bichos numa selva, primatas despidos de vínculos sociais, a nossa ação é material e simbólica, natural e cultural, física e mental, ao mesmo tempo. Nesses termos, a ação é sempre integrada e coerente com um segmento do mundo¹⁶.

O mundo socialmente constituído é a nossa única casa. O “social” aqui tem sentido largo, de tudo o que é possibilitado por um trabalho coletivo. Não lidamos com pedras e paus, mas com papéis e posições, práticas e signos, crenças e valores, conformados no interior de domínios que são patrimônio de uma comunidade viva e historicamente contínua, como os domínios da troca de bens e serviços, os domínios da regra e da obediência, os domínios da relação de afeto e de discórdia etc. Tudo no interior da nossa comunidade é sua criatura. Somos anonimamente criadores compulsivos, mesmo ao reproduzir as criações herdadas. Assim somos porque o nosso impulso de ação é sempre antecedido, acompanhado e sucedido pela faculdade da imaginação. Isso nos leva ao segundo elemento do projeto construtivista, o epistemológico.

O elemento *epistemológico* do projeto construtivista é centrado na *imaginação*. O mundo que conhecemos é o mundo que somos capazes de compreender e explicar. Para tanto, o

16 Um dos pesosadores que guarda certas convergências com o projeto construtivista, sedo ele próprio um filósofo da reconstrução, é o norte-americano John Dewey. A compreensão deweyana de tempo e espaço vai ao encontro dessa concepção de ação integrada: *Space thus becomes something more than a void in which to roam about, dotted here and there with dangerous things and things that satisfy the appetite. It becomes a comprehensive and enclosed scene within which are ordered the multiplicity of doings and undergoings in which man engages. Time ceases to be either the endless and uniform flow or the succession of instantaneous points which some philosophers have asserted it to be. It, too, is the organized and organizing medium of the rhythmic ebb and flow of expectant impulse, forward and retracted movement, resistance and suspense, with fulfillment and consummation.* DEWEY, 1980, p. 23.

recurso de assimilar o real pela via da observação sensível, comum a empiristas e fenomenólogos, e o impulso da abstração matematizada, comum a racionalistas e positivistas lógicos, são insuficientes. O passo necessário para entender especialmente o que é do domínio social e histórico é a sondagem das configurações alternativas do estado de coisas. Em outras palavras, compreender um fenômeno é ter em mãos uma prévia do que ele pode se tornar dada uma alteração do mundo. Por isso, a imaginação é a faculdade primaz dos processos de cognição. Só a imaginação fornece quadros potenciais da realidade, viabilizando, com isso, uma percepção mais profunda do próprio quadro vigente¹⁷.

A imaginação pode ser mais ou menos efetiva, mais ou menos explorada, mais ou menos ouvida; mas ela está sempre em funcionamento. Reconhecer isso é fundamental no projeto construtivista de interpretação da realidade social e de agenda política. Pois, se, do ponto de vista ontológico, o construtivismo sustenta que ação é o que constitui a realidade, do ponto de vista epistemológico, essa constituição nunca está inteiramente pronta. Nós nunca exaurimos as recombinações dos elementos configuradores do mundo que é feito de nossas ações, razão pela qual a história não chega a um fim e a política é uma atividade permanente, podendo sempre produzir o novo.

O terceiro elemento do projeto construtivista é *político*. A realidade é ação e interação, não linguagem. A compreensão dessa realidade é um produto da faculdade da imaginação, não de técnicas de interpretação. A política não é uma mera questão de luta, mas de criação conjunta, de cooperação, ainda que no bojo de conflitos e barganhas. O construtivismo institucional é a agenda intelectual e política voltada para pensar as alternativas de desenhos institucionais com os

17 UNGER, 2020, p. 187-192.

quais, sempre, organizamos nossa situação no presente¹⁸.

As instituições são as formas de articulação e plasmação do que somos e do que seremos no interior de cada domínio social e na transição de um para outro. São elas as principais vigas de garantia da coexistência da humanidade consigo mesma e com os demais elementos que integram a maranha do real. É preciso instituição para mediar e dar forma às ações humanas, desde a colheita de um fruto no terreno alheio ao trato com os mortos e com seus corpos, desde a escolha para os representantes políticos de uma comunidade à emissão de satélites na órbita terrestre. O construtivismo institucional sustenta que não há limites para os arranjos de definição dessas mediações e que, contudo, não há prosperidade, liberdade e justiça sem insistirmos em reelaboraões de tais arranjos.

Um passo atrás, para dois à frente. As instituições são feitas de signos, mas não podem se reduzir a signos, pois sua finalidade não é uma mera decodificação ou a informação de um dado, mas uma conduta objetiva, o direcionamento do agir. Nas sociedades modernas, com a densidade populacional, com a multiplicidade dos interesses e propósitos de indivíduos e grupos, com a impossibilidade de dirigir o comportamento pela homogeneidade da moral e do direito costumeiro, a organização da coexistência humana é uma

18 O foco central do construtivismo são as alternativas institucionais. Imaginá-las implica o desenvolvimento de um vigoroso pensamento programático. Este, por sua vez, para se constituir tem de aceitar a tese de que a sociedade é um artefato e que, portanto, não é governada por leis e imperativos inexoráveis e compulsivos de evolução. Não se trata apenas de observar empiricamente a variedade de arranjos na organização econômica e política de tipos de sociedade. Esses arranjos institucionais práticos existentes são uma pequena amostra das possibilidades programáticas possíveis. A superação daquilo que Roberto Mangabeira Unger chama de necessidades falsas do pensamento moderno e contemporâneo, abre caminho para a discussão programática das alternativas. Para uma análise da tessitura e dos contornos dessa orientação teórica, ver TEIXEIRA, 2019.

tarefa a ser executada por dispositivos de *mediação*¹⁹.

O caminho construtivista sugere um investimento na recriação do Ocidente como civilização. Não se trata de olhar os complexos institucionais que vingaram no Atlântico Norte e nas ex-colônias dos países de lá como formas acabadas que apenas consagram um ímpeto dominador de povos vocacionados à opressão, nem tampouco como a convergência dos melhores componentes de organização da vida social e econômica por meio da política. Trata-se de enxergar na sociedade um laboratório de criação de instituições por meio da imaginação de arranjos institucionais alternativos que devem organizar sociedades complexas.

Conclusão

O que se pode chamar de estruturas sociais são combinados de consciências e instituições. Estas são acordos, em sentido amplo, visados e sustentados por aquelas. A penetração da consciência na sociedade é constatada no pormenor da vida social, na composição dos detalhes que tornam uma estrutura social radicalmente única. Porém, a constatação da contingência das instituições pode ser revelada em exames críticos que priorizam, de seus históricos, os fatores não planejados e inevitáveis que deram a elas a forma e o conteúdo que ostentam. Reconhecê-los é também

19 Na literatura institucionalista contemporânea, as mediações são os articuladores de práticas nos diferentes domínios sociais, ou seja, cada instituição confere as condições limitadamente flexíveis para a ação humana em um ambiente específico e o conjunto total das instituições de uma sociedade dá a ela sua mobilidade total. Essa concepção do fenômeno institucional não representa uma alternativa viável à ideia desconstrucionista das instituições, antes serve de anfitriã para as críticas e cacoetes de que se munem os desconstrucionistas. Para uma análise crítica deste institucionalismo convencional, realizada sob inspiração construtivista, ver MEDEIROS, 2023.

rejeitar as tendências teóricas que propõem compreender os complexos institucionais existentes como resultantes de uma convergência histórica e internacional dos melhores e/ou mais refinados modelos.

O fetichismo analítico que acomete tanto liberais como marxistas, mudando somente o sentido ideológico, em uns apologéticos e em outros criticistas, não foi capaz de impedir que se reconhecesse que o tempo é real e a história é completamente aberta. Definitivamente, não existe marcha do espírito em direção nenhuma. Essa máxima há de servir tanto para nos precavermos do otimismo ingênuo e do determinismo fatalista – os quais, não raro, caminham juntos, como vimos no curso dos séculos XIX e XX – quanto para rechaçarmos o pessimismo e a desistência de tantas perspectivas teóricas e filosóficas, como as semeadas no projeto desconstrucionista.

Cada grande evento histórico como que metaboliza tendências de pensamento consolidadas e formas de vida e comportamento compatíveis com as mentalidades da época. Foi assim que o Maio de 68 absorveu uma porção de postulados teóricos sobre o poder e a dominação e os transformou nos paradigmas que vieram a formar uma grande parte do imaginário político e filosófico de nosso tempo. Esse texto não é uma tentativa revisionista dos eventos que lá se deram, mas um esforço de compreender o imaginário ocidental e, em especial, brasileiro, pela herança inegável do que veio da Paris de meados do século passado para cá. Já é hora de admitir que a face vistosa, a desconstrucionista, nos trouxe mais confusões e dissabores do que rumo e inspiração. Desconstrução virou desorientação.

Há, contudo, meios para a reorientação. Mesmo do meio do Maio de 68, será possível recuperar uma mensagem capaz de nortear fecundamente a nossa relação intelectual e prática com a vida social, o poder e as nossas instituições.

Ela é centrada na esperança como ideal e na reinvenção como método. Se for factível, como cremos, as posições de Cornelius Castoriadis e de Roberto Mangabeira Unger, poderemos não tardar a ver consumado o slogan “A imaginação ao Poder”.

Referências

BÉNÉTON, Philippe e TOUCHARD, Jean. Les interprétations de la crise de mai-juin 1968. *Revue Française de Science Politique*, juin, 1970.

CAPUTO, Jonh. *Desconstruction in a Nutshell: A Conversation With Jaques Derrida*. New York: Fordham University Press, 1997.

CASTORIADIS, Cornelius. *L’Institution Imaginaire de la Société*. Paris: Éditions de Seuil, 1975.

_____. Imaginário político grego e moderno. In CASTORIADIS, Cornelius. *As Encruzilhadas do labirinto A ascensão da insignificância*. Vol. IV. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Instituição Primeira e Instituições segundas in CASTORIADIS, Cornelius. *Encruzilhadas do Labirinto*. Vol. VI: *Figuras do Pensável*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

DERRIDA, Jacques. *De la Grammatologie*. Paris: Les Editions De Minuit, 1967.

DEWEY, John. *Art as experience*. New York: Perigee Books, 1980.

DOSSE, François. *História do Estruturalismo*. Vols. 1 e 2. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

ERIBON, Didier. *Michel Foucault y sus contemporáneos*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1995.

FERRY, Luc e RENAUT, Alain. *La Pensée 68: Essay sur l'anti-humanisme contemporain*. Paris: Gallimard, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses: une archeologie de las sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1966.

_____. *Nietzsche, Freud, Marx*. São Paulo: Princípio Editora, 1997.

MEDEIROS, Tiago. Do institucionalismo nas Ciências Sociais às raízes filosóficas da institucionalidade: a reabilitação da plasticidade institucional. In: ARENARI, Brand (Org.). *Leituras Sociológicas de um mundo em mudanças*. Niterói: Eduff, 2023.

RICOEUR, Paul. *Freud and Philosophy*. New Haven and London: Yale University Press, 1970.

RORTY, Richard. Unger, Castoriadis and the Romance of a National Future. In LOVIN, Robin W.; PERRY, Michael, J. (Orgs.). *Critique and Construction: A Symposium on Roberto Unger's Politics*. New York: Cambridge University Press, 1990. P. 29-45.

_____. *Philosophy and the Mirror of nature*. Princeton: Princeton University Press, 1979.

SOUZA, José Crisóstomo de. A world of our own: A Pragmatic-Poietic, Transformative Perspective, Conversationally Developed. *Transcience* (2020), Berlin, Vol 11, issue 2.p. 1-27.

TEIXEIRA, Carlos Sávio (Org.). *Rebeldia Imaginada: Instituições e Alternativas no Pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

UNGER, Roberto Mangabeira. *Social Theory. Its situation and Its Task*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987a.

_____. False Necessity. Anti- Necessitarian Social Theory in the Service of Radical Democracy. Cambridge: Cambridge University Press, 1987b.

_____. Plasticity into Power: Comparative-Historical Studies on the Institutional Conditions of Economic and Military Success. Cambridge: Cambridge University Press, 1987c.

_____. O Homem Despertado. Imaginação e Esperança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

VAN MIDELLAR, Luuk. Politicídio. São Paulo: É Realizações, 2015.

Recebido em: 30/10/2024

Aprovado em: 28/09/2024

Carlos Sávio Teixeira

E-mail: carlos.savio.teixeira@gmail.com

Tiago Medeiros

E-mail: tiagomedeiroscontato@gmail.com

